



# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

# 5

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(ORGANIZADOR)

  
Ano 2020



# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

5

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(ORGANIZADOR)

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 5

**Editores:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 5 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-290-6  
DOI 10.22533/at.ed.906201808

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.  
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

  
**Ano 2020**

## APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O quinto volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles e aquelas que pensam e inter cruzam as discussões sobre as questões de Gênero, Educação Inclusiva e Sexualidade, em diferentes instituições e regiões do país.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro e as questões voltadas à inclusão, sexualidade e gênero. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
PROFESSORES DE CIÊNCIAS E ORIENTAÇÃO SEXUAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE BARREIRAS - BAHIA	
Raquel Lima Besnosik	
Fábio de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9062018081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A DIVERSIDADE DOS SUJEITOS DA EJA: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS NA ATUAL EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Amilton Alves de Souza	
Damile da Luz dos Santos Ferreira	
Edeilda Souza Gonçalves Viana	
Humberto Cordeiro Araujo Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9062018082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
CONCEPÇÕES DE DOIS PROFESSORES DE CIÊNCIAS SOBRE A SEXUALIDADE TRABALHADA EM SUAS ESCOLAS	
Viviane Faria Lopes	
Paulo Henrique Mesquita Carneiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9062018083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>49</b>
O DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INTERCULTURAL E BILÍNGUE	
Marlene de Brito Kling Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9062018084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>62</b>
CENAS E DIÁLOGOS ENTRE CRIANÇAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM, SENTEM E FALAM SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO?	
Geisa Orlandini Cabiceira Garrido	
Maria de Fátima Salum Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9062018085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>74</b>
APLICATIVO EDUCATIVO PIONEIRAS: O RECONHECIMENTO DAS MULHERES DO BRASIL	
Júlia Braga Marques Pereira	
Mikaele Duarte de Souza	
Frederico Alves Lopes	
Adriana Mara Vasconcelos Fernandes de Oliveira	
Vitória Bispo Umbelino	
Maria Luiza Andrade Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9062018086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>86</b>
A PEDAGOGIA DE PROJETO FACILITANDO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EJA EM PRISÕES	
Angela Moraes Cordeiro Sena	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9062018087</b>	

<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>97</b>
A EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS AMBIENTES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	
Dayane Gasparotto Bertoli	
Vanessa Cristina Giangrossi	
Fernanda da Conceição de Lima	
Paula Nascimento da Silva Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9062018088</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>107</b>
A FUNDAMENTAÇÃO DA EJA COMO PROSPECÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ALUNOS PRIVADOS DE LIBERDADE NA CASA DE DETENÇÃO DE ARIQUEMES	
Preves Santonira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9062018089</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>118</b>
CIDADANIA SEXUAL E “MASCULINIDADE EXTRAORDINÁRIA”: APONTAMENTOS EM GRAFITOS ESCOLARES	
Adriano Rogério Cardoso	
Tânia Regina Zimmermann	
<b>DOI 10.22533/at.ed.90620180810</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>135</b>
NAS TEIAS DE UM CURRÍCULO ESCOLAR: A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM FINOS FIOS	
Antônio Ferreira	
Edimara Gonçalves Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.90620180811</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>146</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>147</b>

## A FUNDAMENTAÇÃO DA EJA COMO PROSPECÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE ALUNOS PRIVADOS DE LIBERDADE NA CASA DE DETENÇÃO DE ARIQUEMES

*Data de aceite: 03/08/2020*

*Data de submissão: 05/05/2020*

**Preves Santonira**

Universidade Federal de Rondônia-UNIR/Campus  
Ariquemes  
Cidade de Monte Negro-RO  
<http://lattes.cnpq.br/6022282760173383>

**RESUMO:** Este artigo resulta de um estudo sobre o projeto educacional disponibilizado para o público privado de liberdade na casa de detenção no município de Ariquemes-RO. Assim, o objetivo da pesquisa foi discutir como ocorre o processo da Política e Gestão Educacional e seu direcionamento para cumprir com o propósito de redução das diferenças sociais, seja em função da classe, seja em função da condição econômica do público da educação prisional. A abordagem metodológica partiu de estudo de caso, onde foi feita uma entrevista semiestruturada com a coordenadora pedagógica e uma visita ao ambiente escolar prisional, mas focando também para estudos bibliográficos e documentais como Freire (2015), Saviani (2000), Libâneo (2012), Zizek (2014), Fester (2008), Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional vigente (LDB nº. 9394/1996), Plano Estadual de Educação vigente (PEE/RO 2014-2024), Lei de Execução Penal (LPE/1984) e outros. Logo, a presente pesquisa investiga o problema da efetivação de uma educação prisional que busque reduzir a diferença de classe tanto social e econômica e sua abordagem para a ressocialização do apenado. Partiu-se da hipótese de que a educação oferecida não garante os direitos a Educação prescrita nas orientações oficiais para este público, pois não há condições pedagógicas para a formação para o pleno desenvolvimento da pessoa e também não há uma formação para o trabalho na perspectiva da emancipação econômica. A congruência da pesquisa se deu com a Teoria Pedagógica de Paulo Freire como fundamento para a análise da realidade do ambiente prisional observado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Prisional. Política e Gestão Educacional. Teoria Pedagógica de Paulo Freire.

THE REASONING OF EJA AS A  
PROSPECTION FOR EDUCATION OF  
RESSOCIALIZATION OF PRIVATE STUDENTS  
IN FREEDOM AT THE HOUSE OF ARCHEMY

**ABSTRACT:** This article is the result of a study on the educational project made available to the public in the detention house in the county of Ariquemes-RO. Thus, the objective of the research was to discuss how the Educational Policy and Management process occurs and its targeting to comply with the purpose of reducing social differences, both in terms of class and in terms of the economic condition of people from the prison education. The methodological approach comes from a case study, where a semi-structured interview was conducted with a pedagogical coordinator and a visit to the prison school environment, but also focusing on bibliographic and documentary studies such as Freire (2015), Saviani (2000), Libâneo (2012), Zizek (2014), Fester (2008), Law of Directives and Bases of current National Education (LDB nº. 9394/1996), current State Education Plan (PEE / RO 2014-2024), Law of Penal Execution (LPE / 1984) and others. Therefore, the present research investigates the problem of the realization of a prison education that seeks to reduce the social and economic class difference and its approach to the re-socialization of the prisoner. We started from the hypothesis that the education offered does not guarantee the rights to Education prescribed in the official guidelines for this public, as there are no pedagogical conditions for training in order to reach full development of the person and there is also no training for work from the perspective of economic emancipation. The congruence of the research occurred with Paulo Freire's Pedagogical Theory as a basis for analyzing the reality of the observed prison environment.

**KEYWORDS:** Prison Education. Educational Policy and Management. Pedagogical Theory of Paulo Freire.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como foco de pesquisa o projeto educacional disponibilizado para o público privado de liberdade que se encontra na casa de detenção do município de Ariquemes-RO, entendendo que todo processo educacional tem um direcionamento que vai desde o conceito capitalista (neoliberalista) até a perspectiva humanista (gestão participativa).

Dentro destes conceitos, a discussão ocorre na expectativa de verificar se a realidade educacional observada cumpri com os preceitos de emancipação a partir da redução das diferenças sociais e econômicas. Assim o presente estudo teve como base metodológica um estudo de caso, com foco qualitativo para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) efetivada na casa detenção de Ariquemes e para a gestão deste projeto enquanto política pública.

A grande maioria do público do processo educacional em tela, não teve acesso a formação educacional na idade certa, desta forma a lei atribui um direito para que se conclua ou oportunize o ensino e aprendizagem em uma perspectiva de inclusão e até

mesmo ressocialização, como diz o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (2015):

O destaque dado no texto aos princípios educacionais garantidos à educação formal tem por objetivo fortalecer a ideia de que a escola de Educação Básica precisa ser assumida como espaço potente e coletivo de inclusão, favorecendo “o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre si e com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 14).

Dentro deste conceito sobre garantia, temos a Constituição Federal de 1988 que promulga de forma concreta e sem distinção de raça, etnia, gênero e classe o direito de todos a educação, prescrito em seu Art. 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Promulgando ainda mais este direito federativo, e de forma mais ampla para sanar um problema mundial, que é o analfabetismo. O direito a educação é considerado um dos redutores da divisão de classe e, perante essa compreensão, que temos na garantia deste direito o entendimento da democracia como forma de igualdade para todos. O “exercício da cidadania”, considerado como um dos objetivos da Educação Nacional no artigo constitucional que trata do direito à Educação, logo corrobora com a compreensão de Fester (2008) que diz:

Finalmente, por democracia se entende o conjunto de valores e instituições que se traduzem em conhecidas regras de procedimento (sufrágio universal, eleições periódicas, princípio da maioria numérica, direitos da minoria, sistema representativo de partidos políticos, divisão de função entre uma pluralidade de detentores formais do poder do Estado, etc), que regulam a obtenção, o exercício e o controle do poder político, e das quais também fazem parte os Direitos Humanos stricto sensu (liberdades civis e políticas do indivíduo-cidadão), como limitações não políticas externas à ação do Estado (FESTER, 2008, p. 91).

Assim, o conceito de democracia para este público estaria em uma função para a igualdade em amplo aspecto, sobre uma questão de direitos, principalmente para a educação.

No caso da comunidade de apenados, o Direito a Educação, efetiva-se após o julgamento criminal, ou seja, cumpra-se a pena para o réu, a partir da condição de apenado, o Estado assume a responsabilidade da oferta do ensino, conforme a Lei de Execução Penal - LEP (1984) que externa o seguinte:

**Art. 10.** A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

**Parágrafo único.** A assistência estende-se ao egresso (BRASIL, 1984).

Logo, dentro desta perspectiva sobre prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade que venhamos a pensar sobre uma educação conscientizadora, pois dentro

de uma perspectiva em educação direcionada para a formação do trabalho a abordagem se torna quase que defasada, visto que o processo de educação para este viés, em muitos dos casos não acompanha o desenvolvimento da produção social na organização da sociedade capitalista contemporânea e nem considera a realidade geoeconômica da Unidade Federativa.

Desta forma, este processo de ressocialização se torna contraditório, uma vez que não garante a qualidade educacional para os procedimentos pedagógicos. Não possibilita o cumprimento dos objetivos proclamados na Carta Magna para a Educação Nacional, no Art. 205: “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

No entanto, dentro da educação prisional, observada, conforme informações fornecidas pela coordenadora pedagógica entrevistada, o curso é ofertado na forma de organização de ensino modular. Os módulos são distribuídos aos alunos apenados para que os mesmos estudem sozinhos; num outro momento existe a aula repassada via vídeo-aula; e, finalizando o processo, ocorre uma aula com professor presencial apenas para esclarecer dúvidas que os alunos ainda tenham.

Outra ação educativa é a focada para a qualificação da mão de obra, em muitos dos casos não acompanhando a necessidade do mercado que está em pleno funcionamento, mas ainda assim, fazendo-se cumprir o que determina a lei para o processo de qualificação profissional, conforme LEP (1984) diz, “**Art. 20.** As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados”.

Neste aspecto, a formação educacional para este público, na concepção de Comte (s/d) para reorganizar a sociedade, poderia ser mais crítica, pois, por mais que estas duas abordagens de ensino sejam oferecidas em cumprimento a legislação brasileira, não houve o efeito esperado de uns anos para cá sobre a questão da ressocialização no sentido de diminuição da criminalidade, visto que em dias atuais ocorre ao contrário para a diminuição dos apenados, conforme dados do Departamento Penitenciário-DEPEN (2017) entre os anos de 1990 e 2017.

Entendendo a educação como direito social, questionamos a estratégia governamental brasileira de diminuição de gastos neste setor (social), bem diferente de países que entendem a necessidade de investimento e ver esta situação como prioridade, onde segundo Fábio (2016), países como os Estados Unidos da América (E.U.A) e a China, nos últimos anos reduziu os índices de retorno de alunos em suas casas de detenções, e assim, realmente ressocializando o detendo.

Desta forma, a metodologia de educação de Paulo Freire, seria uma abordagem com maior eficácia, visto que o público já é um público detentor de saberes, sendo necessário ir de forma antagônica a educação formal bancária. É necessário, reconhecer os saberes dos alunos apenados, na mesma medida da compreensão do inacabamento humano,

neste sentido, a educação prisional, deve partir dos saberes concretos para a ampliação dos conhecimentos formais e também de senso crítico para a sua realidade, a realidade do mundo ao qual ele (aluno recluso) está envolvido, que aborda questões culturais, históricas e sociais.

## 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dentro de uma perspectiva educacional para um público excluído, digo os de reclusão, que venhamos a falar sobre a metodologia de Paulo Freire, a forma como esta metodologia foi capaz de ser transformadora para o conceito de opressor e oprimido. Todavia o público carcerário não deixa de ser um público oprimido, pois a lei assegura o caráter democrático de acesso ao estudo para todos aqueles que foram privados de liberdade, mas também se torna excludente no aspecto das condições para uma qualidade do processo pedagógico e didático, cumprindo apenas o aspecto burocrático, como externa Libâneo (2012) que diz:

Em boa parte das escolas, predomina o modelo burocrático de gestão: decisões centralizadas, falta de espírito de equipe, docentes ocupados apenas com suas atividades de aula, relações entre professores e alunos ainda formais e regidas por regras disciplinares (LIBÂNEO, 2012, p. 483-484).

Pois, entendendo que o processo de ensino e aprendizagem para este público necessita de uma abordagem pedagógica diferenciada, corroborando de forma gnosiológica a capacidade que cada um já tem para o entendimento de mundo e aprendizagem, ou seja, conhecimento, comungando com Freire (2015):

Não temo dizer que inexistem validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensinado que não foi apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz (FREIRE, 2015, p. 26).

Desta forma, a autonomia do professor é fundamental para trabalhar pedagogicamente abordagens diferenciadas, mas sem agir de forma desconceituada, tanto nas regulamentações legais quanto para o processo didático-pedagógico, como afirma Libâneo (2012):

O projeto pedagógico-curricular considera o já *instituído* (legislação, currículos, conteúdos, métodos, formas organizativas da escola e outros), mas tem também algo de *instituinte*. O grupo de profissionais da escola pode criar, reinventar a instituição, os objetivos e as metas mais compatíveis com os interesses dela e da comunidade (LIBÂNEO, 2012, p. 487).

Assim, a autonomia do professor é de suma importância para uma inclusão didática diferenciada, para um público diferenciado, comungando com Freire (2015):

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares chega a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas

também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 2015, p. 30).

Logo, quando deixamos de reconhecer esses saberes de forma pedagógica, tentando não valorizar este comportamento e discernimento para sua necessidade de aprendizagem crítica, estamos assim, de forma involuntária, agindo com violência para esta comunidade, que se encontra em situação de exclusão, não bastando apenas a condição institucional (presídio) que, além da privação da liberdade, ocorre, na maioria das vezes em condições precárias de atendimentos primários à sobrevivência (superlotação das celas, condições de higiene, etc), há também a precária condição física para o processo de ensino (falta de sala adequada para as aulas, falta de biblioteca, e outros equipamentos comuns à instituição escolar). Neste sentido, alerta Zizek (2014):

É demasiadamente simplista afirmar que o espectro desse monstro autogenerativo que segue o seu caminho ignorando qualquer preocupação humana ou ambiental seja uma abstração ideológica e que por trás dessa abstração há pessoas reais e objetos naturais em cujos recursos e capacidades produtivas se baseia a circulação de capital, alimentando-se deles como um parasita gigante (ZIZEK, 2014, p. 25).

Pensando como isto se confirma que analisamos a participação do Estado e suas abordagens sobre o problema das diferenças socioeconômicas e culturais, como externa Bobbio (2011):

Considerada a relação política como uma relação específica entre dois sujeitos, dos quais um tem o direito de comandar e o outro o dever de obedecer, o problema do Estado pode ser tratado prevalentemente do ponto de vista do governante ou do ponto de vista do governado: *ex parte principis* ou *ex parte populi* (BOBBIO, 2011, p. 63).

Assim, do ponto de vista do governado, mas diretamente para o professor, temos a sua atitude como ser integrante da mudança na sociedade e no cidadão, ou seja, o estudante na condição de apenado, entendendo que sua participação é de suma importância para o processo antropológico no aluno, para o ensino e aprendizagem, como corrobora Freire (2015), que aponta:

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substancialidade do ser humano e nega radicalmente a democracia (FREIRE, 2015, p. 37).

Desta forma a participação crítica do professor para uma pedagogia libertadora, onde tratará de transformar não só conhecimento, mas o pensamento crítico do aluno é de suma importância.

Entendendo desta forma que este ator (professor) é o sujeito principal junto com o aluno para uma mudança neste comportamento social com referência para a (re) socialização do aluno em situação de liberdade. Deveras, o comportamento do professor, para suas abordagens fazem ou fará a diferença para uma educação inclusiva/excludente, opressora/libertadora, conforme atesta Freire (2015):

O saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a *curiosidade epistemológica* do sujeito. Este não é o saber que a rigorosidade do pensar certo procura (FREIRE, 2015, p. 39).

Ainda mais estando ciente que a participação do professor para esta perspectiva, de uma curiosidade epistemológica para os alunos apenados, tem sido abordada de forma diferente, ou seja, trabalhada de forma sintética através do sistema modular de ensino, sem o rigor do pensar certo.

### 3 | FUNDAMENTAÇÃO DO MARCO LEGAL

Sobre o preceito instituído, temos para este público privado de liberdade a Lei de Execução Penal (LEP nº 7210) de julho de 1984 que diz:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984).

As atribuições são de incumbência do Estado, como diz a LEP (1984) Art. 10. “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”. Desta forma o Estado fica com a responsabilidade de dar assistência o suficiente para a ressocialização do apenado, logo, tornando-se uma abordagem pedagógica e gestão mais progressiva, por parte tanto do governo como do corpo docente.

Pois dentro de um planejamento governamental temos uma abordagem para extinguir a desigualdade social, tanto de forma econômica como educacional, fornecendo uma educação de qualidade e eliminando assim o analfabetismo, conforme diz o Plano Estadual de Educação (PEE/RO) 2014-2024:

O Plano Estadual foi estruturado a partir de 20 (vinte) Metas, estabelecidas em consonância com o Plano Nacional de Educação, sobre as quais as Conferências Regionais puderam apresentar estratégias considerando as seguintes diretrizes:

I. Erradicação do analfabetismo.

- II. Universalização do atendimento escolar.
- III. Superação das desigualdades educacionais.
- IV. Melhoria da qualidade do ensino.
- V. Formação para o trabalho e para a cidadania (RONDÔNIA, 2014, p. 16).

Desta forma o antagonismo para o processo da erradicação do analfabetismo, da universalização do atendimento escolar e superação da desigualdade educacional vem a ser de forma governamental, pois o governo dita as formas de ensino e aprendizagem para os alunos em situação de reclusão, e para os que não tiveram a oportunidade de estudo na idade certa, onde se encaixam na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos. Logo, de forma mais promissora e menos custeada para o governo o sistema modular se tornou a melhor opção de educação para esses alunos, tendo apoio e elaborado pelo governo federal através do Conselho Nacional de Educação (CNE) – MEC, através do Parecer nº 41/2002, que diz:

Neste contexto destaca-se a importância da educação. A tecnologia da informação nos coloca no centro de uma nova revolução industrial. Entramos no que se convencionou chamar sociedade da informação e podemos facilmente prever que as grandes mudanças constituirão novos desafios de adaptação. Cada vez mais, a posição dos indivíduos na sociedade será determinada pelo conhecimento que puderam adquirir. Estima-se que a sociedade do futuro investirá em inteligência, baseada em educação e aprendizagem, com as quais cada indivíduo construirá seu perfil educacional pessoal (BRASIL, 2002, p.1).

Contudo esse discurso para uma melhor qualidade e igualdade é simplesmente um reflexo da crise na administração educacional, pois de forma indireta ela estar muito mais relacionada à fonte econômica do que a qualidade de forma global para a região do Brasil. Dentro desta análise Garcia (2001) comunga dizendo:

De maneira geral, eu ousaria afirmar que as políticas de ajuste econômico global repercutem no setor educativo com a lógica da restrição e da contenção, onde se admite que por princípio, o setor educativo gasta muito e com pouca eficiência. A base deste raciocínio é simples. Apesar de vivermos em crise há alguns anos, a demanda educacional continua crescendo, mesmo em ritmo bem inferior à necessidade, em comparação com outras áreas que estagnaram ou que se encontram em retração de inversões (GARCIA, 2001, p. 30).

Para reforça esta análise de Garcia, volta-se a citar o PEE/RO, que para o seu desenvolvimento houve a participação dos setores econômicos do Estado, como a Secretária de Estado de Finanças (SEFIN), Secretaria do Estado Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), Secretaria de Estado da Administração (SEAD), não que estejamos dizendo que a participação delas seja irrelevante, mas, lembrando a educação como direito social, quando necessitar cortar gastos é de onde eles possivelmente usufruirão, para as questões básicas que fazem parte da gestão educacional, como comunga Garcia (2001):

Em muitos países, inclusive no Brasil, são os ministérios da Fazenda e do Planejamento os que determinam as políticas da educação através da fixação de critérios de alocação de recursos, cronogramas de desembolso, empréstimos externos etc (GARCIA, 2001, p. 49).

Desta forma, a democracia educacional principalmente para os que estão em reclusão se torna mais escassas para troca de conhecimento, para a amplitude da criticidade, através da conscientização como diria Freire (2015), pois o homem não humaniza-se sozinho ele humaniza-se na relação do convívio com o outro, desta forma o modelo de educação modular, para este público torna-se exclusivamente técnico e não humano. Até porque o professor, e sua troca de conhecimento com aluno é uma das primeiras coisas que fará a ressocialização deste aluno recluso.

#### 4 | METODOLOGIA

O presente trabalho teve como elaboração metodológica uma entrevista semi-estruturada na casa de detenção de Ariquemes e também foi utilizada uma pesquisa em campo na escola presidiária com a coordenadora da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para reclusão, em dia útil, precisamente em uma sexta-feira. A base teórica foi pesquisa bibliográfica e documental focada em Freire (2015), Saviani (2000), Libâneo (2012), Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (1996) e outros para assim fomentar o presente estudo sobre uma educação para a ressocialização do apenados.

#### 5 | RESULTADO

A presente pesquisas bibliográfica e pesquisa de campo, constata a falta de uma democracia (democracia que aborda os direitos de forma ampla, sem separação de etnia, gênero e classe social), pois o que se percebe é a maior influência ainda, para um direcionamento em uma educação do trabalho para este público, e que de forma instituída a instituição prisional apoia essa modalidade de ensino para o mercado de trabalho, logo sendo antagônico para o princípio da ressocialização através da abordagem pedagógica. Contudo a abordagem pedagógica é diferenciada quanto aos recursos didáticos para fortalecer o senso crítico e complementar as abordagens pedagógicas para este público em situação de desigualdade, deveras, constatou-se através da visita feita na escola prisional a não utilização da biblioteca para aquele período de pesquisa em campo por motivos burocráticos, enfraquecendo assim a qualidade de ensino e de lazer que está garantido em lei no **Art. 21 da LEP (1984)**, para os reclusos.

## 6 | CONCLUSÃO

A presente pesquisa conclui-se que o processo da Política e Gestão Educacional para o público privado de liberdade vem ocorrendo através da promulgação de lei tanto nacional quanto estadual e que ocorrem através da LEP (1984), LDB (9394/96), C.F. (1984), PEE/RO (2014-2024) e outros, precisamente direcionada para o processo de ressocialização com abordagem pedagógica de forma sintética para um público com certa desigualdade socioeconômica, mas que são redutores de certos saberes.

A necessidade crítica do professor de reconhecer, que ele também faz parte deste contexto e dessa realidade, direcionada para a violência, segregação e opressão para a ressocialização dos alunos reclusos é “pensar certo”, logo, ele seria um ator para esta mudança com certa autonomia para utilizar os meios legais tanto documentais quanto institucionais, para desenvolver a teoria pedagógica de Paulo Freire (2015), para uma perspectiva de ressocialização deste público, visto que um ator da educação, um ator crítico, um ator autônomo é um agente da mudança é um interlocutor para uma comunidade, comunidade esta que se encontra excluída e oprimida de seus direitos e deveres ao qual o seu defensor, o Estado em muitos dos casos se abstém de forma “democrática” para o conceito da ressocialização.

Logo, a abordagem pedagógica para a formação educacional antropológica da qual Freire aborda, não estão existentes pelas entidades particulares (neoliberal), mas sim, para a produção de mão de obra, constata-se através da oportunidade que a instituição prisional (instituído) trabalha para a essa qualificação, dando oportunidade de redução de pena de 1 (um) dia para cada três dias de curso profissional, 1 (um) dia de redução de pena, para cada 12 horas de aula, conforme estipulado em Lei de 12.433/2011, sendo muitas das vezes optado pelo recluso o curso profissionalizante, por ser mais assíduo, e de forma indireta ter apoio da instituição (direção do presídio).

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**; Por uma teoria geral da política. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emendas constitucionais no 1/92 a 64/2010, pelo decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei nº, 7.210 de 11 de julho de 1984, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o ciclo de alfabetização. Caderno 01 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015. Disponível em: <[http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Cadernos\\_2015/cadernos\\_novembro/pnaic\\_cad\\_1\\_19112015.pdf](http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Cadernos_2015/cadernos_novembro/pnaic_cad_1_19112015.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2016.

BRASIL, Parecer nº 41/2002, de 02 de dezembro de 2002. **Dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0041\\_2002.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0041_2002.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2016.

COMTE, Augusto (s/d). **Reorganizar a Sociedade.** São Paulo-SP: Escala. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal -18).

FÁBIO, A. C. **EUA, Rússia e China reduzem taxas de presos. Brasil aumenta.** NEXOJORNAL. 27 de abril de 2016. Atualizado em 28/04/2016 às 11:30:00. Disponível em:<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/04/27/EUA-R%C3%BAssia-e-China-reduzem-taxa-de-presos.-Brasil-aumenta>>. Acesso em: 10 jul. 2017, 15:30:00.

FESTER, A.C.R. **Direitos Humano:** Um debate Necessário. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense; Costa Rica: Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 52ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GARCIA, W. E. **Administração educacional em crise.** 2ª. ed. rev. ampl. São Paulo, Cortez, 2001.

**Levantamento nacional de informações penitenciária, atualização junho de 2017/** organização, Marcos Vinícius Moura.--Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em:< <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017, 18:00:00.

LIBÂNEO, J.C. **Educação escolar:** Políticas, estrutura e organização. 10ª. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2012.

RONDÔNIA (Estado). **Plano Estadual de Educação 2014/2024.** Ano 2014, p. 63. Disponível em: [http://www.sintero.org.br/arquivos/PLANO\\_ESTEDUCAO.pdf](http://www.sintero.org.br/arquivos/PLANO_ESTEDUCAO.pdf)>. Acesso em: 22 de mar. 2016.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 33ª. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ZIZEK, S. **Violência:** Seis reflexões laterais; tradução Miguel Serras Pereira. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aplicativo Educativo 74, 75, 77, 80, 83, 84, 85

Aprendizagem 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 53, 56, 58, 59, 60, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 103, 104, 108, 111, 112, 114, 126, 140

### C

Ciências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 34, 35, 40, 44, 51, 59, 62, 72, 73, 78, 90, 91, 146

Currículo intercultural e bilíngue 49, 55, 58, 59

### D

Diversidade dos sujeitos 12, 13, 14, 15, 21, 22, 25, 27, 31, 32

### E

Educação 11, 2, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 71, 72, 73, 78, 80, 82, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 126, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Educação de jovens e adultos 15, 16, 24, 32, 33, 91

Educação escolar quilombola 135, 137, 140

Educação infantil 11, 62, 63, 64, 67, 68, 71, 72, 73, 99

Educação Prisional 90, 95, 107, 110, 111

EJA em prisões 86

Ensino 1, 2, 3, 4, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 32, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 74, 77, 78, 80, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 122, 126, 133, 138, 140, 143, 146

Escola 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 59, 60, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 103, 109, 111, 115, 117, 118, 122, 124, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144

Escolas quilombolas 135, 138, 139, 140, 142, 143

### G

Gênero 2, 10, 19, 37, 45, 46, 52, 55, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 109, 112, 115, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134

Gestão Educacional 107, 114, 116

## H

Histórico de vida 12

## I

Infância 10, 26, 62, 63, 64, 72, 73, 121

Interculturalidade 49, 53, 54

## M

Masculinidade 67, 71, 72, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Mulheres brasileiras 75, 77, 78, 80, 83, 84

Multiculturalismo 49, 50, 51, 52, 53, 54, 60, 61, 145

## O

Orientação Sexual 1, 2, 3, 10, 11, 19, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

## P

Paulo Freire 12, 13, 14, 19, 21, 22, 31, 56, 57, 59, 61, 90, 107, 108, 110, 111, 116

Pedagogia de projetos 88, 89, 91, 92, 95

Pedagogia em contextos não escolares 97

Pedagogia Social 33, 97, 98, 102, 105, 106

Pioneiras 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 85

Política 16, 17, 32, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 78, 79, 82, 87, 99, 100, 106, 107, 108, 112, 116, 121, 125, 129, 131, 132, 133, 136, 137, 139, 142, 145

Práticas curriculares 135, 138, 141

Professor 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 18, 20, 27, 30, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 75, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 97, 98, 99, 102, 103, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 135, 141, 143, 146

## R

Reconhecimento Feminino 75

## S

Saúde 2, 7, 9, 11, 19, 36, 45, 78, 79

Sexualidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 63, 64, 72, 73, 77, 122, 123, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134

Sistema prisional 86, 91, 97, 100, 106

## T

Teoria Pedagógica 107, 116

# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

# 5

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

# 5

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020